



## Religião e direito à esperança no antropoceno<sup>1</sup>

### Religion and right to hope in the Anthropocene

Presley Henrique Martins<sup>2</sup>

Jungley de Oliveira Torres Neto<sup>3</sup>

**Resumo:** Por ocasião do *VII CONACIR*, realizado em novembro de 2023, com o tema *Religião e Direito à Esperança no Antropoceno*, este artigo examina e apresenta os temas centrais do evento e suas motivações subjacentes, com o objetivo de contextualizar a relevância e atualidade desses debates. O Antropoceno, uma era geológica marcada pelo impacto significativo das atividades humanas no meio ambiente, desafia as divisões tradicionais entre as ciências humanas e naturais, exigindo uma abordagem interdisciplinar para abordar essas questões. Nesse contexto, refletimos sobre o diálogo entre religião e Antropoceno, ancorado no conceito de esperança. Na primeira parte, exploramos como as ações humanas, especialmente desde a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial, aceleraram a degradação ambiental, comprometendo os ciclos naturais da Terra. Na segunda parte, focamos no conceito de esperança, ressaltando sua importância como uma força transformadora em tempos de crise. A esperança, entendida não como passividade, mas como uma postura ética e ativa, é fundamental para enfrentar os desafios ambientais e sociais. O conceito de *noir profético* é introduzido como uma forma de reconhecer a gravidade da situação atual sem cair no fatalismo. Concluímos que a esperança no Antropoceno é tanto um direito quanto uma responsabilidade, e que uma abordagem integrada, envolvendo religião, ciência e política, é essencial para promover o compromisso com a sustentabilidade ecológica das futuras gerações.

**Palavras-chave:** Antropoceno. Esperança. Sustentabilidade. Religião. Responsabilidade Coletiva.

**Abstract:** On the occasion of the *VII CONACIR* event, held in November 2023, with the theme *Religion and the Right to Hope in the Anthropocene*, this paper examines and

---

<sup>1</sup> O título deste texto foi o tema central do *VII CONACIR: Religião e Direito à Esperança no Antropoceno*, refletindo o compromisso da coordenação e da comissão científica em destacar a urgência de discutir as implicações éticas e sociais das mudanças ambientais no contexto contemporâneo. Nesse sentido, funciona como introdução às conferências, agora convertidas em artigos, que serão apresentados a seguir, oferecendo reflexões e debates sobre o tema. Além disso, com o objetivo de concisão, este texto busca situar o leitor no tema do evento e suas implicações, preparando o terreno para os artigos subsequentes, que explorarão essas questões com maior profundidade.

<sup>2</sup>Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora com período sanduíche no Søren Kierkegaard Research Centre, Copenhagen, Dinamarca. Pesquisador visitante na Kierkegaard House Foundation, EUA (2023-2024). Bolsista CAPES. E-mail: [presley.hmartins@gmail.com](mailto:presley.hmartins@gmail.com). ORCID: [0000-0001-6920-0498](https://orcid.org/0000-0001-6920-0498).

<sup>3</sup>Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. E-mail: [jungleyjf@hotmail.com](mailto:jungleyjf@hotmail.com). ORCID: [0000-0002-6710-2533](https://orcid.org/0000-0002-6710-2533).

presents the central themes of the event and its underlying motivations, aiming to contextualize the relevance and timeliness of these discussions. The Anthropocene, a geological era marked by the significant impact of human activities on the environment, challenges the traditional divisions between the humanities and natural sciences, requiring an interdisciplinary approach that integrates these issues. In this context, we seek to reflect on the dialogue between religion and the Anthropocene, grounded in the concept of hope. In the first section, we explore how human actions, especially after the Industrial Revolution and World War II, accelerated environmental degradation and compromised the Earth's natural cycles. In the second section, we focus on the concept of hope, highlighting its importance as a transformative force in times of crisis. Hope, understood not as passivity but as an ethical and active stance, is essential to addressing environmental and social challenges. The concept of *prophetic noir* is introduced as a way to acknowledge the severity of the current situation without falling into fatalism. We conclude that hope in the Anthropocene is both a right and a responsibility, and that an integrated approach involving religion, science, and politics is essential to foster a commitment to ecological sustainability for future generations.

**Keywords:** Anthropocene. Hope. Sustainability. Religion. Collective Responsibility.

## Introdução

A escolha do tema *Religião e Direito à Esperança no Antropoceno* surge como uma resposta essencial à necessidade de refletir e responsabilizar o ser humano em relação ao planeta Terra. Em um momento em que a interconexão entre culturas, povos e meio ambiente se torna cada vez mais evidente, é crucial ponderar sobre princípios que promovam a preservação e a sustentabilidade do ecossistema em que vivemos. As relações atuais, marcadas pela subordinação, o lucro desmedido e a transformação de tudo em objeto de consumo, exigem uma revisão urgente de nossas concepções, epistemologias e ontologias.

Neste contexto, a reflexão sobre o direito à esperança no Antropoceno não se limita à adaptação às novas realidades ambientais, mas também envolve uma reavaliação profunda de nossos valores e práticas sociais. Este momento crítico nos leva a questionar como a religião e a espiritualidade podem oferecer diretrizes éticas e morais que orientem nossas ações. Assim, em vez de perpetuar a exploração e o consumismo, é necessário adotar uma perspectiva que reconheça a interdependência entre o ser humano e a natureza, promovendo uma coexistência harmoniosa que respeite os limites planetários e assegure um legado de esperança e preservação para as futuras gerações.

Como introdução, torna-se necessário explicitar os conceitos fundamentais deste artigo. O termo *religião*, aqui empregado, adota uma perspectiva interdisciplinar, não se

limitando a uma concepção estática ou puramente transcendental. Pelo contrário, o conceito entrelaça questões sociais, políticas, econômicas e ambientais, permeando todo o trabalho, especialmente a partir do conceito de esperança, que será abordado no segundo tópico. Nesse sentido, Frederico Pieper, em seu artigo, *Religião: limites e horizontes de um conceito*, destaca que o termo "Religião(ões) exige cautela ao ser definido, uma vez que sua etimologia revela sua constituição ocidental, sem correspondência em muitos sistemas linguísticos (Pieper, 2019, p. 18). Essa complexidade nos obriga a considerar o termo em um contexto mais amplo, evitando simplificações. Portanto, adotaremos uma abordagem interdisciplinar para abordar suas interseções com as esferas sociais, políticas, econômicas e ambientais.

O termo *direito*, no contexto presente, refere-se principalmente a um direito coletivo, voltado à proteção do bem comum e das gerações presentes e futuras. Ele não se restringe ao âmbito jurídico/legal ou individual, mas abrange toda a humanidade como um direito vital. Esse caráter coletivo foi reafirmado na Conferência de Estocolmo (1972), quando a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano definiu, nos Princípios 1 e 2, o Direito Ambiental como um direito humano fundamental. Com o tempo, esse reconhecimento foi se expandindo, sendo incorporado a várias constituições, como a brasileira (Brasil, 1988). Dado o aumento da complexidade dos desafios ambientais e sua interconexão com questões sociais, políticas e econômicas, o direito humano transcende fronteiras, exigindo uma resposta conjunta que promova políticas e ações locais, regionais e internacionais. Assim, o direito coletivo estabeleceu-se como um pilar fundamental para garantir o equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade, assegurando um mundo viável para as gerações presentes e futuras (Santin, 2017, p.33).

A esperança, neste contexto, não se refere a uma expectativa passiva, associada ao "esperar", mas sim à ideia de "esperançar", que implica ação e mobilização em busca de soluções e na (re)construção de um futuro sustentável. Enquanto o Antropoceno representa uma era de incertezas ambientais, políticas e morais, a esperança emerge como uma força vital e abrangente. Essa esperança não se limita a uma área específica, mas se entrelaça com as diversas dimensões da experiência humana, promovendo um engajamento ativo e colaborativo (Bloch, 2005, p. 49). Assim, a esperança significa não



apenas esperar por mudanças, mas ser parte das transformações necessárias para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro viável.

O conceito de Antropoceno, popularizado por Paul J. Crutzen e Eugene F. Stoermer, refere-se a uma nova época geológica em que a atividade humana tornou-se a principal força responsável pelas mudanças ambientais e climáticas do planeta. O Antropoceno é caracterizado pelo impacto humano na Terra e pela interconexão entre as atividades humanas e as mudanças nos sistemas terrestres, ressaltando a urgência de uma reflexão crítica sobre as consequências dessas ações para o futuro do planeta e das próximas gerações (Crutzen; Stoermer, 2000, p. 17-18). Assim, este artigo, elaborado pela coordenação do VII CONACIR: "Religião e Direito à Esperança no Antropoceno", visa situar o leitor no contexto temático do evento, destacando a importância de promover um diálogo profundo sobre as repercussões éticas e sociais das transformações ambientais contemporâneas. Além disso, o texto serve como ponto de partida para os artigos subsequentes, criando um espaço de reflexão sobre o tema em questão.

Pensar a religião e a esperança no contexto do Antropoceno não é apenas um exercício acadêmico, mas uma necessidade vital de reavaliar e atualizar os princípios que moldam nossa interação com o mundo. Isso passa pela responsabilização do ser humano por suas ações em relação ao meio ambiente e promove uma consciência coletiva sobre a importância de preservar os ecossistemas para as futuras gerações. Portanto, a escolha deste tema reflete uma crescente conscientização sobre os desafios planetários, tanto epistêmicos quanto ontológicos, que afetam diretamente o ambiente. Nesse cenário, o VII CONACIR, ao abordar a relação entre Ciência e Religião e incentivar ações sustentáveis, reafirma seu compromisso com a formação de valores éticos e com a busca de soluções para os desafios contemporâneos. Ao abrir espaço para a discussão sobre Religião e Esperança no contexto do Antropoceno, o congresso fomenta uma reflexão crítica e construtiva sobre as responsabilidades compartilhadas por todos os habitantes do planeta.

### **1. A intrínseca relação entre Ciências Humanas e Naturais no Antropoceno: viradas epistemológicas, ontológicas e outras ainda desconhecidas**

A relação entre Religião e Antropoceno abre espaço para um diálogo profundo entre ética e ciência, oportunizando perspectivas e possibilidades para a elaboração de

estratégias de convivência e sustentabilidade no planeta. Neste contexto, no campo das ciências humanas e sob uma abordagem filosófica, mas não se restringindo a essas áreas, busca-se abordar o conceito do Antropoceno — uma era geológica marcada pelos efeitos profundos e acelerados de certas atividades humanas na capacidade de autorregulação do planeta. É válido ressaltar que o conceito de Antropoceno foi popularizado por Paul J. Crutzen e Eugene F. Stoermer. Crutzen e Stoermer sugerem que o Antropoceno teve início a partir do final do século XVIII, com a Revolução Industrial, intensificando-se após a Segunda Grande Guerra (Dantas; Batista, 2023, p. 97).

De maneira geral, o termo Antropoceno é utilizado para descrever a transição e o surgimento de uma nova era geológica sucedendo o Holoceno. O aspecto perturbador desta transição é que, enquanto no Holoceno<sup>4</sup> a espécie humana encontrou condições ideais para o seu desenvolvimento — e, podemos afirmar, para a sua própria formação —, não se pode esperar o mesmo do Antropoceno. O Antropoceno implica uma transformação do Sistema Terra, causada principalmente pelas ações humanas<sup>5</sup> (não sendo justo atribuir a responsabilidade a toda a espécie humana pelo ocorrido).

No século XIX, o progresso das ciências geológicas fortaleceu a ideia de um avanço histórico ininterrupto, tratando as mudanças no tempo geológico como independentes dos processos humanos. Contudo, a noção de Antropoceno, embora

---

<sup>4</sup>O Holoceno é uma época geológica que começou há cerca de 11.700 anos, é caracterizado por um clima estável e condições ambientais propícias ao desenvolvimento das civilizações humanas. Durante esse período, houve uma estabilização do clima, permitindo a expansão da agricultura, a domesticação de animais e o desenvolvimento das primeiras cidades, além de mudanças ecológicas e culturais (De Blij, Harm J, 2012, p.121-122).

<sup>5</sup>Um aspecto fundamental a ser considerado é o modo como as dinâmicas do capitalismo impactam a crise socioambiental. As transformações recentes no capitalismo, particularmente as novas fases de neoliberalismo e financeirização, têm acelerado a destruição ambiental de maneiras que exigem uma reflexão aprofundada. A priorização de lucros imediatos sobre a sustentabilidade é determinante para o agravamento da situação. O período contemporâneo, marcado pela hegemonia do neoliberalismo, coincide com uma aceleração significativa da devastação ambiental, em que políticas de desregulamentação e a busca incessante por crescimento econômico exacerbam os problemas ecológicos. Assim, enfatiza-se que a crise ambiental atual não é apenas uma consequência das escolhas individuais, mas um reflexo de um sistema econômico que privilegia o seu crescimento em detrimento da saúde planetária (leia-se também ambiental). Portanto, ao discutir o Antropoceno, é fundamental que ampliemos nossas reflexões para incluir não apenas as ações humanas em um sentido restrito/individual, mas também as forças estruturais que moldam essas ações, apontando, assim, as raízes mais profundas da crise socioambiental que enfrentamos.

inicialmente proposta como uma nova divisão geológica, contestou essa separação entre o tempo histórico e o tempo natural, que governa os ciclos planetários. Bruno Latour afirma que o cenário que pensávamos ser estático começou a se mover (Latour, 2020, p. 27). A velocidade com que o planeta está respondendo às alterações causadas pelos seres humanos demonstra que o modelo, que considera a interação entre longas, médias e curtas durações, já não é mais suficiente para situar a história de forma apropriada. Mais diretamente: “A história dos seres humanos em suas relações estreitas com a terra que os suportam e os alimenta, que se repete para durar, não parece mais quase imóvel”; por conseguinte, “fora do alcance e da mordedura do tempo” (Braudel, 2013, p. 25-26).

Neste contexto, Rodrigo Turin diz que “a história se tornou mortal” (Turin, 2022, p. 14). De acordo com Turin, se a última grande catástrofe coletiva, como as duas Guerras Mundiais, moldou a forma e o alcance do presente, o Antropoceno representa uma catástrofe que define o nosso tempo. Em outras palavras, o nosso entendimento do presente é agora moldado por uma crise de magnitude cósmica, que coloca em risco as condições ambientais que sustentaram tanto as ameaças à humanidade quanto eventos históricos devastadores como guerras, genocídios e conflitos. Assim, o conceito de Antropoceno reforça as transformações profundas na forma como o aquecimento global, junto com outras perturbações ambientais provocadas pelo ser humano, influencia a nossa percepção e nomenclatura do tempo (Turin, 2022, p. 14).

Se o Antropoceno é marcado como tendo começado na metade do século XX, isso sugere que a crise climática não pode ser atribuída apenas à sociedade industrial ou ao capitalismo em geral, mas sim uma de suas variações que emergiu após a Segunda Guerra Mundial (Turin, 2022, p. 147). No entanto, ao considerar todas as ações e processos humanos com impacto global como precursores do Antropoceno, o termo acaba se alinhando diretamente com a narrativa da história humana. Em um momento em que a colaboração entre ciência e política é fundamental, a ideia de Antropoceno, que inicialmente surgiu para descrever alterações na química atmosférica e introduzir uma nova unidade cronoestratigráfica, tornou-se crucial. Isso porque o conceito nos incentiva a refletir sobre a trajetória das interações entre política e ecossistemas. Compreender essa trajetória é vital para enfrentar os significativos desafios ambientais que enfrentamos hoje e que surgirão no futuro.

Considerando o rápido crescimento econômico global observado no pós-guerra, durante os “anos dourados” (Hobsbawm, 1995, p. 253), também se aceleraram as transformações nos ecossistemas do planeta. A promoção de uma ideologia de bem-estar social, que se baseia na expansão tecnológica voltada para o consumo e no crescimento populacional acelerado, perturbou os processos naturais de regeneração da biosfera e alterou a estrutura físico-química dos ecossistemas globais. Em outras palavras, o avanço acelerado das atividades econômicas e a emergência de novos padrões culturais durante a metade do século XX causaram modificações duradouras na resiliência dos ciclos naturais da água, do fósforo, do nitrogênio e até mesmo do petróleo, considerando as interrupções que podem se estender de 10 a 400 milhões de anos.

Com esse propósito, integrar diferentes formas de conhecimento, tradicionalmente divididas entre as “ciências humanas” e as “ciências naturais”, torna-se fulcral para uma compreensão mais robusta do tema. O Antropoceno, mais do que ser apenas um objeto de estudo, questiona as abordagens exclusivamente disciplinares, demandando a superação de isolamentos dentro das diversas áreas do saber. Ademais, é fundamental integrar as questões relacionadas aos Direitos Humanos e Ambientais na discussão. Quando devidamente analisada, essa conexão exerce um impacto profundo sobre as bases epistemológicas da modernidade (Latour, 2015, p. 227). Estão surgindo novas abordagens que se distanciam das improdutivas Guerras das Ciências, adotando as “viradas ontológicas” (*Ontological Turns*), “viradas epistemológicas” (*Epistemological Turns*) e outras viradas e transformações que ainda não foram nomeadas. Essas novas abordagens refletem um afastamento das desgastadas Guerras das Ciências (*Science Wars*).

Dentro das exigências inescapáveis do Antropoceno, sobressai a necessidade premente de criar interconexões entre áreas que a modernidade tradicionalmente manteve separadas. Por exemplo, como pode a economia operar sem considerar a ecologia? Isso sublinha a crescente importância de abordagens transdisciplinares, como a Bioeconomia e a Economia Ecológica. Conforme apontado por Isabelle Stengers, surgem os “constrangimentos de Gaia” (Stengers, 2018, p.99), uma representação do planeta que reaparece com novos significados no século XXI. Esses constrangimentos,



sejam eles assustadores ou promissores, trazem à tona narrativas etnográficas que revitalizam descrições, como nos estudos multiespécies.

Neste caminho, emerge a reflexão sobre novas representações do *Anthropos* e suas ciências, em que o humano e o não-humano não podem mais ser percebidos como entidades totalmente distintas. Isso nos conduz à pergunta: qual seria a ciência do humano no contexto do Antropoceno? E qual seria a ciência do não-humano? Uma passagem, embora estreita, se abre, permitindo vislumbrar um horizonte além do ser humano. A clareza se desfaz diante de novas provas, e surge a necessidade de um discurso capaz de articular essas evidências sem forçá-las a se conformar a expectativas limitadoras.

Essas mudanças e reconfigurações no pensamento abrem oportunidades para que os modernos se reconheçam como nunca tendo sido verdadeiramente modernos. Será que a teoria da evolução e a geologia já proporcionaram as perspectivas tranquilizadoras que se esperava delas? Não seria este o momento ideal para explorar essas correntes de pensamento, não em busca de uma definição de natureza, mas de novas potencialidades sobre o que é vivo? Que tipo de política conceitual pode emergir disso? Certamente, uma nova e inesperada “partilha do sensível”, como diria Rancière (2008, p. 27).

Com a crescente interdependência entre o cosmos e a política, abre-se espaço para novas formas de diplomacia. A tarefa agora é desafiar tanto o pensamento quanto a prática, a fim de alcançar novas formas de estabilidade, ainda que temporárias, que são moldadas por disputas narrativas e controvérsias sociotécnicas, mantendo, no entanto, um caráter de objetividade. Estamos entrando em uma era de nova objetividade, um tipo de realismo renovado que emerge da interação entre diferentes campos científicos e o que se considera “não-científico”.

Atualmente, arqueologia, geologia e biologia utilizam técnicas de investigação integradas para alcançar um consenso acadêmico sobre os marcadores geoquímicos de tecnofósseis, o que inclui uma datação precisa da nova era geológica conhecida como Antropoceno. Esta é a principal preocupação da Comissão Internacional de Estratigrafia, integrante da União Internacional de Ciências Geológicas. Simultaneamente, a política está se reconfigurando diante da crescente influência do cosmos sobre os sistemas não-humanos. A natureza passa a inspirar a política de formas que o pensamento ocidental moderno nunca havia imaginado. Tanto as ciências quanto

a política são agora chamadas a lidar com as consequências de suas ações no mundo com responsabilidade, um conceito enfatizado por Donna Haraway com o termo “response-abilities” (Haraway, 2016, p. 114).

Dentro deste contexto, que aborda a responsabilidade do ser humano em sua relação com o planeta, Krenak caracteriza o *Homo sapiens* como “uma espécie de ameba gigante” (Krenak, 2020, p. 9), que consome vorazmente o ambiente ao invés de viver em harmonia com ele. No entanto, ele ressalta que “os outros seres estão conosco, e a recriação do mundo é um evento sempre possível (Krenak, 2020, p. 71). Essas palavras ecoam o discurso de outro renomado pensador brasileiro, Leonardo Boff (1997, p. 72), que afirma: “Tudo está em relação com tudo. Nada existe isoladamente, existindo solitário, por si mesmo. Tudo coexiste e interexiste com todos os outros seres do universo”.

Ailton Krenak revisita o conceito de James Lovelock (2006) de que a Terra pode ser entendida como um organismo vivo e questiona: “Será que a única forma de convencer os céticos de que a Terra é um organismo vivo é destruí-la?” (Krenak, 2020, p. 18). A metáfora proposta por Lovelock na teoria de Gaia, que inicialmente foi alvo de críticas e zombarias por parte de muitos cientistas, ganha, segundo Krenak, uma nova relevância e poder argumentativo. Para Krenak, a vida é “a interação do organismo planetário em uma dimensão imaterial” (Krenak, 2020, p. 28), e representa “transcendência, algo que vai além das definições convencionais” (Krenak, 2020, p. 29). Neste contexto, um “negacionista” é alguém que se apega a uma visão reducionista para rejeitar uma teoria que, apesar de suas falhas, oferece uma reinterpretação fundamental: vivemos em conjunto com outros seres, tanto vivos quanto inanimados, em um ambiente que é essencial para nossa existência. A vida, portanto, é formada por essas interações. Estar vivo é participar dessas trocas. Com base nesse raciocínio, Krenak afirma assertivamente: “Precisamos parar de nos focar no desenvolvimento e começar a nos envolver” (Krenak, 2020, p. 24). Ele argumenta que o desenvolvimento orientado pelo capitalismo nos faz desviar do que realmente importa: entender e valorizar as trocas que sustentam nossa vida e a concepção da Terra como um organismo vivo que possibilita essas interações

Assim, Krenak (2020) salienta dois aspectos basilares que devem ser considerados nas discussões sobre educação ambiental e que estão profundamente

enraizados na perspectiva dos povos indígenas: a noção de coexistência harmoniosa com o ambiente, entendida como parte de um “corpo” que participa de uma “dança cósmica”, e a visão da Terra como um organismo vivo. O autor argumenta que o saber tradicional dos povos indígenas oferece percepções importantes que podem não só ajudar a enfrentar, mas também a mitigar uma das questões mais prementes de nossa era: as mudanças climáticas. Esses conhecimentos estão enraizados nas duas premissas essenciais discutidas no livro e contribuem para estabelecer um paradigma capaz de “curar o planeta”, reiterando que a vida não é apenas útil, mas uma experiência criativa que implica o fortalecimento da vida na Terra e na compreensão desta como uma provedora viva.

Diante das reflexões proporcionadas sobre a interconexão entre a humanidade e o meio ambiente no contexto do Antropoceno, é fundamental considerar a necessidade urgente de uma responsabilização humana. É imperativo reconhecer que as ações humanas têm implicações significativas no funcionamento do planeta e na qualidade de vida de todas as formas de vida que nele habitam. Nesse sentido, a ideia de responsabilização no Antropoceno não se limita apenas a mitigar danos ambientais, mas também a promover uma relação de respeito, cuidado e harmonia com o meio ambiente e suas diversas manifestações. Isso requer uma mudança de paradigma teórico-prática, uma transformação profunda na maneira como interagimos com o mundo ao nosso redor, com “outro” e consigo mesmo. Isso inclui desde a adoção de práticas sustentáveis à promoção de políticas ambientais eficazes. Somente através de um compromisso genuíno com a sustentabilidade e o bem-estar de todas as formas de vida poderemos enfrentar os desafios vigentes.

Portanto, uma abordagem integrada no contexto do Antropoceno aponta a necessidade imperiosa de uma atuação colaborativa interdisciplinar que vá além das divisões tradicionais entre as ciências do espírito e as ciências da matéria, isto é, entre o que denominamos de Ciências Humanas e as Ciências da Natureza. Este período geológico, caracterizado pela profundidade e rapidez das transformações provocadas pela atividade humana, desafia as perspectivas convencionais e exige uma reavaliação das interações entre o humano e o não-humano. O conceito de Antropoceno não destaca apenas a interdependência entre os sistemas ecológicos e sociais, mas também abre caminho para uma nova abordagem epistemológica, em que a colaboração entre

diferentes áreas do conhecimento pode oferecer caminhos mais eficazes para os desafios ambientais e sociais que enfrentamos.

## **2. Pensar a Esperança no Antropoceno**

Como mencionado anteriormente, a sétima edição do evento CONACIR não apenas buscou refletir sobre os desafios do Antropoceno, mas também provocou uma reflexão sobre a esperança no contexto desse período. Assim, por um lado, enquanto parte da humanidade, por meio de suas ações, tem agravado os desastres naturais e as consequências do Antropoceno podem nos conduzir a uma catástrofe ambiental e à possível extinção da espécie humana, por outro, a inércia e a passividade diante desses desafios seriam uma confirmação da irreversibilidade dessa catástrofe. No entanto, se a resignação é inaceitável, então o olhar para o futuro não deve ser de aceitação trágica, mas sim de esperança.

No entanto, a esperança muitas vezes é interpretada como passividade, como algo que, ao estar sempre em espera, não age no presente para modificá-lo e, conseqüentemente, alterar o curso do que pode nos levar a um futuro distópico. Se o mundo pode ser recriado, como nos lembra Krenak, o que possibilita essa recriação não é a conformidade com a realidade que enfrentamos, mas a ação concreta no presente, orientada por uma esperança transformadora. Trata-se de uma esperança que, apesar das circunstâncias, mantém uma perspectiva de futuro que age no presente em busca desse futuro, sem ser ingênua. Portanto, a esperança deve considerar as dificuldades e a realidade do presente. Nesse sentido, a negação não se fundamenta no esquecimento ou na negação dos problemas atuais, mas sim no reconhecimento de que, embora esses problemas existam, é imperativo dizer: “não, isso não pode continuar assim.”

Considerando que nossas ações têm contribuído para a intensificação do Antropoceno, como podemos refletir sobre a esperança nesse contexto? Ainda temos o direito de alimentar esperança? Refletir sobre a esperança não se restringe a um mero otimismo em direção ao futuro; trata-se também de reavaliar as relações que mantemos com o passado. Nesse sentido, é pertinente questionar se estamos presos a uma determinação histórica que nos impele à repetição, ou se estamos dispostos a aprender com os erros, sem cair em condenações, buscando assim ressignificar esses momentos.

Isak Winkel Holm, professor de literatura Comparada na universidade de Copenhague, em seu livro, *Kierkegaard and Climate Catastrophe: Learning to Live on Damage Planet*, baseando-se na filosofia do dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855), desenvolve o conceito de *prophetic noir*, segundo o autor:

Eu proponho o conceito de noir profético como um nome para a atmosfera específica que surge quando a sombra de um desastre futuro recai sobre o presente. Usando o termo de Kierkegaard, o noir profético é uma lei interpretativa para todos os fenômenos. Sendo um estado de espírito noir em vez de um pensamento sombrio, trata-se menos de uma compreensão cognitiva e mais de um encontro sensorial com um presente obscurecido pela ruína iminente<sup>6</sup> (Holm, 2023, p. 9-10).

O conceito de noir profético torna-se central nessa mudança de perspectiva existencial, ao propormos uma esperança que não desconsidera a gravidade da situação presente. Pelo contrário, é precisamente ao reconhecer a seriedade do momento atual que essa perspectiva se volta para ações concretas no presente, com o objetivo de moldar um futuro distinto. Assim, a esperança abre caminhos para um futuro não determinado pelas ações passadas nem pelas adversidades presentes. Enxergar essa possibilidade torna-se crucial para evitar uma postura fatalista e resignada.

O conceito de noir profético, portanto, implica uma mudança de postura existencial frente ao reconhecimento de uma catástrofe iminente. Esse reconhecimento, ao invés de paralisar ou conduzir ao desespero, torna-se o ponto de partida para uma transformação interior. A partir desse estado de consciência sombria, surge uma esperança que não ignora a gravidade do presente, mas se constrói sobre ela. Ao aceitar a iminência da ruína, a esperança, paradoxalmente, se manifesta como uma força ativa que motiva ações concretas no presente. É essa mudança existencial que permite à esperança transcender a resignação fatalista, abrindo possibilidades para um futuro que não está predeterminado nem pelas tragédias passadas nem pelas adversidades presentes. Assim, o noir profético se revela como uma visão que equilibra a gravidade

---

<sup>6</sup> No original: “I propose the concept of prophetic noir as a name for the specific mood that arises when the shadow of future disaster falls upon the present. To use Kierkegaard’s term, prophetic noir is an interpretative law for all phenomena. Being a noir mood rather than a sombre thought, it is not so much cognitive understanding as sensory encounter with a present darkened by impending doom”.

da situação atual com a busca por novos caminhos e transformações, tornando a esperança não um refúgio ilusório, mas uma força que atua na realidade.

Para aprofundar a reflexão sobre a esperança, especialmente em tempos de crises como as que vivemos no Antropoceno, é necessário analisar o conceito de esperança não apenas como um sentimento passivo ou idealista, mas como uma força transformadora e dinâmica. Ernst Bloch, em sua famosa obra sobre a esperança, destaca que ela é “uma força permanente em cada ser humano, um motor que o impulsiona enquanto vive” (apud Tillich, 2009, p. 4). Bloch argumenta que a esperança não se limita a uma mera expectativa otimista, mas desempenha um papel ativo na vida das pessoas, direcionando-as para um futuro que ainda não está determinado, mas que pode ser moldado pelas ações presentes.

Nesse sentido, a esperança é fundamental para a existência humana, uma vez que, sem ela, “a tensão de nossa vida em direção ao futuro desapareceria e, com ela, a própria vida” (Tillich, 2009, p. 5). Mesmo em tempos de dificuldades extremas, como a pobreza, a doença ou o fracasso social, a esperança mantém as pessoas conectadas a uma visão de um futuro possível, mesmo que incerto. Esse pensamento é particularmente relevante no contexto atual do Antropoceno, uma era marcada pelo impacto profundo e devastador das atividades humanas no planeta.

Tillich (2009) levanta uma reflexão importante ao questionar: “Temos o direito de ter esperança, mesmo contra a esperança?” (p. 6). Esse “esperar contra a esperança” refere-se à capacidade de manter viva a crença em um futuro melhor, mesmo quando todas as evidências parecem contradizer essa possibilidade. Ele se baseia no exemplo bíblico de Abraão, que acreditou na promessa divina de que seria o pai de uma grande nação, apesar de não ter filhos na velhice. Essa fé em algo aparentemente impossível mostra que a esperança pode persistir mesmo nas circunstâncias mais desesperadoras.

Ao refletirmos sobre a esperança no Antropoceno, devemos reconhecer que a esperança não pode ser vista como uma simples “fantasia utópica”, como alguns críticos a denominam. Bloch, ao contrário, defende que a esperança está enraizada na realidade e nas condições concretas de vida, e é essa realidade que fornece as bases para uma esperança genuína. Tillich (2009) reforça essa ideia ao afirmar que “a esperança genuína não é uma fuga para a fantasia, mas uma força que cria e mantém o futuro” (p. 7). No contexto das crises ecológicas, essa visão sugere que, embora as condições

presentes possam parecer avassaladoras, é possível vislumbrar um futuro diferente, desde que nossas ações estejam orientadas para transformações significativas e concretas.

Essa ideia de uma esperança enraizada na realidade é central para a reflexão sobre o Antropoceno. Como Tillich (2009) observa, “onde há esperança genuína, aquilo que esperamos já tem alguma presença” (p. 7). Em outras palavras, a esperança autêntica não é meramente um desejo vazio ou uma idealização distante, mas algo que já está em processo, algo que, de certa forma, já começou a se manifestar em nossas ações e decisões presentes. Essa “presença do futuro no presente” nos chama à responsabilidade de agir agora para moldar o amanhã.

No entanto, essa esperança não é fácil de sustentar, especialmente em um mundo onde as crises climáticas, as desigualdades sociais e as ameaças à biodiversidade são cada vez mais alarmantes. Tillich (2009) nos lembra que “a esperança é fácil para tolos, mas difícil para os sábios” (p. 8). A esperança genuína exige discernimento, pois há uma linha tênue entre esperança realista e ilusões enganosas. Muitas vezes, o que parece ser esperança pode, na verdade, ser uma forma de escapismo, uma negação da realidade. Tillich adverte que “esperança sem base na realidade é tolice, enquanto a esperança genuína é rara e grande” (p. 8).

Assim, no contexto do Antropoceno, a esperança deve ser crítica e consciente. Não se trata de um otimismo ingênuo, mas de uma postura que reconhece as dificuldades e os desafios do presente, sem, no entanto, sucumbir à desesperança. Tillich (2009) argumenta que “esperar implica muitas vezes esperar pacientemente” (p. 9), o que significa que a esperança autêntica requer uma espera ativa e vigilante, uma abertura para o que pode emergir das nossas ações. A paciência, nesse sentido, não é passividade, mas uma forma de resistência diante das adversidades.

Ainda segundo Tillich (2009), essa espera ativa se manifesta na luta constante entre “esperança e desespero”, uma luta que é, por si só, um sinal de que algo novo está emergindo (p. 9). No contexto das mudanças climáticas, essa tensão entre esperança e desespero é palpável. As evidências científicas apontam para um futuro de dificuldades crescentes, mas é precisamente nesse cenário que a esperança se torna mais necessária. Não uma esperança vaga ou idealista, mas uma esperança que se traduz em ações

concretas, em mudanças de comportamento e políticas que possam mitigar os efeitos devastadores do Antropoceno.

Em última análise, Tillich (2009) nos convida a reconhecer que a esperança não é algo que se dá de forma isolada. “A participação no eterno não é dada ao indivíduo separado, mas em unidade com todos os outros” (p. 10). Em outras palavras, nossa esperança pelo futuro deve ser coletiva, englobando não apenas nossos próprios desejos, mas também as esperanças daqueles que foram marginalizados, daqueles, cujas esperanças não foram realizadas. A esperança verdadeira, portanto, não é egoísta, mas voltada para o bem comum.

Essa reflexão nos leva a uma conclusão essencial: a esperança no Antropoceno é tanto uma responsabilidade quanto um direito. Temos o direito de esperar por um futuro melhor, mas esse direito vem acompanhado da responsabilidade de agir, de lutar contra as forças que ameaçam esse futuro e de trabalhar em conjunto para construir um mundo mais justo e sustentável. Como Tillich (2009) coloca, “a esperança está presente aqui e agora, em cada ato de amor, em cada manifestação de verdade” (p. 10). E é essa esperança que nos impulsiona a continuar, mesmo quando tudo parece estar perdido.

### **Considerações finais**

Este artigo procurou abordar as implicações éticas, epistemológicas e ontológicas da relação entre a religião, a ciência e o direito à esperança no contexto do Antropoceno. A humanidade se encontra em uma encruzilhada histórica, em que as ações passadas e presentes têm causado impactos profundos e potencialmente irreversíveis no planeta. O Antropoceno, marcado pela intervenção humana em escala geológica, nos desafia a reavaliar nossa maneira de agir e interagir com o meio ambiente, exigindo uma reestruturação nas formas como entendemos nosso lugar no mundo e nossa responsabilidade em preservá-lo.

Na primeira parte do artigo, abordamos a intrínseca relação entre as Ciências Humanas e Naturais, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar para enfrentar os desafios ambientais. O conceito de Antropoceno, introduzido por Crutzen e Stoermer, evidenciou que as divisões tradicionais entre o tempo histórico e o tempo geológico já não são adequadas para entender a crise atual. As mudanças climáticas e as transformações nos ecossistemas não podem mais ser vistas como processos naturais

isolados da ação humana; ao contrário, elas são profundamente moldadas por práticas econômicas, políticas e culturais. As perspectivas filosóficas, como as de Bruno Latour, apontam para a necessidade de uma “virada ontológica”, que ultrapasse as divisões disciplinares e reconheça a interdependência entre o humano e o não-humano.

Ao longo desta análise, ficou sublinhado que o progresso histórico e científico do século XX, especialmente após a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial, acelerou a degradação ambiental de forma sem precedentes. A busca pelo crescimento econômico desenfreado e pelo bem-estar social, baseado no consumismo e na exploração de recursos naturais, tem levado à ruptura dos ciclos naturais que sustentam a biosfera. Essa nova era exige, portanto, uma revisão profunda das nossas epistemologias e práticas sociais, reconhecendo que o desenvolvimento econômico, sem consideração pela ecologia, não é mais sustentável. A interconexão entre os ciclos naturais, como o da água e do fósforo, e a economia global reforça a necessidade de incorporar uma visão sistêmica e interdisciplinar nas discussões sobre o futuro do planeta.

Na segunda parte do artigo, enfocamos o conceito de esperança no Antropoceno, destacando sua importância não apenas como uma resposta emocional, mas como uma força ética e transformadora. A esperança, inspirada nas ideias de Ernst Bloch e Paul Tillich, foi apresentada como um recurso ativo e dinâmico, essencial para enfrentar as crises ecológicas. Ao contrário de uma esperança ingênua, que ignora a gravidade da situação, a esperança no Antropoceno é uma força que reconhece as dificuldades presentes, mas se recusa a aceitar a passividade ou a resignação. Ela exige ações concretas e transformadoras, guiadas por um sentido de responsabilidade coletiva e compromisso com o futuro.

O conceito de *noir profético*, conforme apresentado por Isak Winkel Holm, reforça essa visão de esperança crítica e ativa. Ele descreve a sensação de viver sob a sombra de um desastre iminente, mas propõe uma resposta que não se limita ao desespero. Ao contrário, o *noir profético* convoca a uma consciência sensorial e moral da gravidade do presente, enquanto orienta as ações para a construção de um futuro diferente. Assim, a esperança no Antropoceno não se baseia na negação dos problemas atuais, mas na compreensão de que, mesmo diante de grandes desafios, é possível e necessário agir para evitar um futuro distópico.



Consideramos, portanto, que a esperança no Antropoceno é tanto um direito quanto uma responsabilidade. Diante das crises ambientais, não podemos nos permitir a inércia ou a aceitação fatalista de que a destruição do planeta é inevitável. Ao contrário, é nosso dever cultivar uma esperança crítica, fundamentada na ação concreta e na interconexão entre as diversas áreas do saber. A colaboração entre ciência, política, religião e filosofia torna-se fundamental para enfrentar os desafios globais de forma integrada e inclusiva.

A religião, nesse contexto, pode oferecer uma base ética e moral poderosa, proporcionando diretrizes que nos ajudem a redefinir nossas relações com o planeta e com as futuras gerações. A espiritualidade e os ensinamentos religiosos podem nos lembrar da interdependência entre o humano e o não-humano, promovendo uma visão de mundo que respeite os limites ecológicos e valorize a vida em todas as suas formas. Somente por meio dessa integração entre saberes, aliada a uma prática responsável e comprometida, poderemos (re) construir um mundo mais responsável, sustentável, harmônico e justo, garantindo um legado de esperança para as gerações que virão.

Assim, o Antropoceno nos convoca a repensar nossas epistemologias, valores e práticas sociais, reconhecendo que o direito à esperança está profundamente ligado à nossa responsabilidade de cuidar do planeta e de todos os seres que nele habitam. Ao olharmos para o futuro, devemos nos engajar em ações concretas que promovam a sustentabilidade, a justiça e a preservação, sabendo que a esperança, embora desafiada, é um recurso vital para moldar um amanhã melhor.

### Referências Bibliográficas

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Trad. Nélio Schneider, Werner Fucks. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BOFF, Leonardo. **A Águia e a Galinha**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The Anthropocene. In: **IGBP Global Change Newsletter**, n.41, p.17-18, 2000.

DANTAS, Ricardo; BATISTA, Gustavo. Formação como reconfiguração: limites e potencialidades da noção hermenêutica de Bildung no antropoceno. In: **Educar-se**



como praxis: contribuições hermenêuticas para a educação. 1ed.Teresina: EDUFPI, 2023, v. 1, p. 95-111.

DE BLIJ, HARM J. **Why Geography Matters: More Than Ever**. New York: Oxford University Press, 2012.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO. 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html> . Acesso em: 14 out. 2024.

HARAWAY, Donna. **Staying With the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLM, Isak Winkel. **Kierkegaard and Climate Catastrophe: Learning to Live on a Damaged Planet**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

KRENAK, Ailton. **A Vida Não É Útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. **Face à Gaïa. Huit conférences sur le nouveau régime climatique**. Paris, La Découverte, 2015.

LATOUR, Bruno. **Face à Gaïa. Huit conférences sur le nouveau régime climatique**. Paris, La Découverte, 2015. (Introdução, Primeira, Quarta e Sexta conferências). [tradução em português: Ed. Ubu, 2020]

LATOUR, Bruno. **Où atterrir — comment s’orienter en politique**. Paris, La Découverte, 2017.

LOVELOCK, James. **A Vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

PIEPER, Frederico. Religião: limites e horizontes de um conceito. **In: Estudos de Religião**, v.33, n.1, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. São Paulo: Editora 34, 2008.

SANTIN, Janaína Rigo. Estado, Constituição e Administração Pública no Século XXI: novos desafios da cidadania e do Poder Local. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

STENGERS, Isabelle. “The challenge of ontological politics”. In: De la Cadena, M. & Blaser, M. (eds.) **A world of many worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.



TILLICH, Paul. **The right to hope**, 2009. Disponível em: [https://richardmburgess.com/assets/docs/rom\\_8\\_Tillich\\_-\\_Right\\_to\\_Hope.202131455.pdf](https://richardmburgess.com/assets/docs/rom_8_Tillich_-_Right_to_Hope.202131455.pdf) Acesso em: 18 set. 2024.

TURIN, Rodrigo. A 'catástrofe cósmica' do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: MULLER, A; IEGELSKI, F. **História do Tempo presente**: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 141-163.